

---

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**02**  
**Agosto**  
2017

# CLIP PING



# TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

---



# Ex-primeira-dama de Colatina é condenada

**Juiz condena Júlia Deptulski a 7 anos e 6 meses de prisão por apropriação de dinheiro público, quando ela era secretária municipal**

Giordany Bossato

**A** ex-primeira-dama de Colatina Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski, ex-mulher do ex-prefeito Leonardo Deptulski, foi condenada a 7 anos e 6 meses de prisão por apropriação de dinheiro público (artigo 312 do Código Penal).

O julgamento aconteceu ontem, no Fórum de Colatina. Mesmo tendo sido condenada, Maria Júlia não vai ser presa, já que poderá aguardar o recurso da defesa em liberdade. A ex-primeira-dama também deverá pagar uma multa de R\$ 12.368,40 pelo crime cometido.

Na decisão, o juiz Marcelo Bressan, da 3ª Vara Criminal de Colatina, destacou que a então secretária traiu a confiança depositada nela.

“Secretária Municipal à época dos fatos, a acusada traiu a confiança em si depositada pelos munícipes, desviando em seu proveito verba que deveria ser empregada na assistência aos necessitados da cidade, especificamente na proteção de crianças e adolescentes”, sentenciou o juiz na decisão.

“As circunstâncias do delito foram graves, conforme esclarecido na fundamentação, posto que para o crime foram utilizados e elaborados dezenas de documentos falsos, tudo para dificultar o controle e fiscalização dos gastos ilícitos pelo município”, completou Marcelo Bressan.

Maria Júlia foi secretária municipal da Assistência Social e foi acusada pelo Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) de desviar recursos da prefeitura por



**JÚLIA E LEONARDO DEPTULSKI:** suspeitas de desvio de dinheiro na prefeitura

meio da Associação Damas de Caridade de Colatina.

Em 2013, a Operação Jogo de Damas, do MP-ES, descobriu as irregularidades e denunciou a ex-primeira-dama e outras sete pessoas. Também foram condenadas Lenize Fachetti e Clerismar Lyrio. Outros cinco denunciados pelo MP-ES foram absolvidos.

De acordo com as investigações do MP-ES, o total desviado da prefeitura pode ter chegado a R\$ 6,7 milhões. Acredita-se que os desvios tenham acontecido desde o primeiro mandato de Leonardo Deptulski, eleito em 2008.

## O OUTRO LADO

### Recurso da defesa contra a decisão

O advogado criminalista Rivelino do Amaral, que representa a ex-primeira-dama, informou que o recurso contra a condenação foi apresentado ainda ontem.

“O recurso foi protocolado para rever a decisão que foi tomada. No nosso entendimento, não existem provas que caracterizem a culpa de Maria Júlia Deptulski”, afirmou o advogado.



## **Ex-primeira-dama de Colatina e outras duas pessoas são condenadas no caso 'Jogo de Damas'**

**Elas devem cumprir sete anos e seis meses de prisão em regime semiaberto. A condenação é por crime de peculato, ou seja, desvio de dinheiro público.**

Três pessoas foram condenadas no caso conhecido como "Jogo de Damas", em Colatina, no Noroeste do Espírito Santo. Maria Julia Rosa Chaves Deptulski, Lenize Lília Tozzi Fachetti e Clerismar Lyrio devem cumprir sete anos e seis meses de prisão em regime semiaberto.

A sentença foi dada pelo juiz Marcelo Feres Bressan, da 3ª Vara Criminal de Colatina. Elas foram condenadas por crime de peculato, que é o desvio de dinheiro público.

### **O caso**

Em fevereiro de 2013, o Ministério Público denunciou oito pessoas pela prática de desvio de dinheiro da prefeitura através de fraude no convênio firmado entre a prefeitura e a Associação Damas de Caridade. A denúncia apontou a prática de diversos crimes, com intenção final de lesar o patrimônio público do município. Os envolvidos são acusados de desviar R\$ 6,7 milhões em verbas públicas, repassadas por convênio para a associação.

Na época, a ex-primeira-dama Maria Júlia era secretária de Assistência Social da Prefeitura de Colatina, pasta que recebia os recursos. Segundo o MP, os desvios eram feitos desde 2008.

### **Outro lado**

Os advogados de Maria Júlia, Lenize e Clerismar foram procurados pela reportagem e disseram que vão recorrer da decisão judicial.

As três podem recorrer em liberdade. As outras cinco pessoas denunciadas foram absolvidas.



COMBATE AO TRÁFICO

# Policiais invadem o Bairro da Penha e prendem 12



POLICIAIS TIVERAM DE PASSAR POR BECOS durante operação que aconteceu no Bairro da Penha

RAIO X DA AÇÃO

**Operação**  
Foi batizada de Operação Balder. O nome faz referência a um deus da mitologia nórdica que levava paz e justiça por onde passava. O delegado Marcus Vinicius Rodrigues de Souza, titular da Delegacia de Crimes contra à Vida de Vitória, ressaltou que a intenção da polícia ontem era levar paz e justiça para a comunidade que está sofrendo.

**Números da operação**  
**350 PARTICIPARAM** da operação ontem, sendo 197 policiais militares, além de policiais civis.  
**4 CÃES** participaram da operação e caçaram drogas  
**1 HELICÓPTERO** Harpia, da Polícia Militar, foi usado.



**O QUE FOI APREENDIDO**  
**770** buchas de maconha e um tablete  
**287** pinos de cocaína  
**158** pedras de crack e outra porção  
**8** bolas de haxixe  
**R\$ 10.460** em dinheiro  
**3** radiocomunicadores  
**Uma** pistola ponto 45  
**39** munições  
**Material** utilizado para produção de drogas

**Ao todo, 350 policiais militares e civis estiveram reunidos em operação no bairro de Vitória para caçar assassinos e traficantes na região**

Ainda não tinha amanhecido, quando cerca de 350 policiais civis e militares invadiram o Bairro da Penha, em Vitória, e fizeram um cerco terrestre e aéreo na caçada a traficantes e assassinos.

Ao todo, 12 pessoas foram presas, sendo cinco com mandados de prisão preventiva e temporária expedidos pela juíza da 4ª Vara Criminal de Vitória, Gisele Souza de Oliveira.

Os demais foram presos em flagrante por tráfico de drogas ou associação ao tráfico. Drogas foram apreendidas e um minilaboratório para produção de entorpecentes foi fechado.

Assim que chegaram ao local, às 5 horas, os policiais fecharam quatro acessos ao bairro e ninguém entrava e saía sem ser revistado ou identificado.

Durante a manhã, os policiais civis e militares ainda cumpriram 50 mandados de busca e apreensão em edificações no bairro.

De acordo com o delegado Marcus Vinicius Rodrigues de Souza, titular da Delegacia de Crimes contra a Vida de Vitória, a operação, batizada de Balder, começou a ser planejada há um mês.

“Nós tínhamos informação de que vários criminosos e homicidas estavam escondidos no Bairro da Penha, além do envolvimento deles terem envolvimento com o tráfico. A partir disso, fizemos um trabalho conjunto de investigação com a equipe da PM.”

O delegado afirmou que o tráfico da região é ligado à facção Trem Bala.

O comandante do 1º Batalhão (Vitória) da PM, tenente-coronel José Augusto Piccoli de Almeida,

afirmou que há cerca de três semanas policiais do serviço de inteligência foram enviados ao local para que pudessem apontar os melhores caminhos a serem seguidos e melhores horários e dias para que a operação fosse feita.

“A nossa preocupação foi a segurança das pessoas da região, pois há escolas, pontos comerciais e transporte público circulando. O êxito da operação se dá por não termos usado arma de fogo.”

O secretário de Estado da Segurança Pública, André Garcia, lembrou que a operação foi semelhante à realizada no dia 6 de julho, no condomínio Ourimar, na Serra. Na ocasião, 395 policiais civis e militares cercaram o local e prenderam traficantes e assassinos.

Complexo da Penha



PRISÕES

**LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS JÚNIOR, O RIQUINHO**

> SERIA O BRAÇO direito do chefe do tráfico do Bairro da Penha: Geovane Otacilio de Souza, o Paraíba. Sua atribuição era trazer e distribuir drogas e mandar matar os rivais e usuários com dívidas. Contra ele há cinco mandados de prisão por homicídios na capital entre 2013 e 2016.

**JOSÉ GUILHERME TRINDADE, GUIGUIU**

> APONTADO como o segurança dos bandidos, acusado de homicídio.

Com ele foi apreendida pistola 45.

**LIDIANE SANTOS SANTANA**

> MULHER de Paraiba (foragido) foi presa em função de mandado por tráfico e associação ao tráfico.

**JULIANA MATIAS DE OLIVEIRA**

> MULHER DO RIQUINHO. Foi presa em flagrante por associação ao tráfico.

**JOSIELSON DOS SANTOS VALENTIM, O COROINHA**

> ACUSADO de fazer a ligação do tráfico entre o Bairro da Penha e Balneário de Carapebus, na Serra. Era um dos

POLÍCIA CIVIL/DIVULGAÇÃO



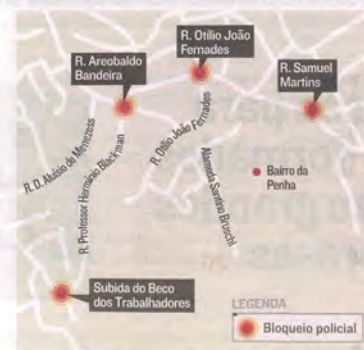
**GEOVANE OTACILIO, o Paraíba, está foragido**

10 mais procurados da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Foragido

**GEOVANE OTACILIO DE SOUZA, O PARAÍBA**

> ALÉM DELE, há outros 12 foragidos, sendo três menores. Denúncias podem ser feitas pelo 181.



**ÀS 5 HORAS,** viaturas da PM se posicionaram em quatro pontos do Bairro da Penha. Além dos bloqueios, quatro patrulhas foram enviadas para o local, reforçando o cerco. Ninguém entrava ou saía sem identificação. Em seguida, policiais civis e militares começaram a cumprir mandados de busca e apreensão em 50 residências.

Fonte: Polícias Civil e Militar.



# Quatro tentativas de fraude por hora no Estado

Os casos que envolvem os chamados "furto de identidade" chegam a 80% das ocorrências. Documentos são usados em compras

Caroline Mauri

O Brasil registrou 782.244 tentativas de fraude de janeiro a maio deste ano, o equivalente a uma a cada 17 segundos, segundo a Serasa Experian. No Estado, foram cerca de 15 mil, ou seja, quatro por hora.

A delegada adjunta de Defraudações e Falsificações, Rhaiana Bremenkamp, afirmou que são 300 a 400 boletins registrados por mês na delegacia envolvendo fraudes diversas. Os casos que envolvem os chamados "furto de identidade" chegam a 80% das ocorrências.

"E quando uma pessoa se passa pela outra com o objetivo de obter vantagem ilícita. Com documentos falsos ou roubados, podem comprar roupa e celular, abrir conta e empresa, financiar veículo, é uma variedade grande de golpes".

Com a dívida no nome de quem teve o documento roubado ou fraudado, os prejuízos vão desde o crédito cortado até bens bloqueados. "Já vi casos em que abriram empresas associadas ao tráfico de drogas", disse a delegada.

Segundo Rhaiana, quem desconfia ser alvo de um golpe deve procurar primeiro as empresas onde as possíveis compras foram realizadas para confirmar a situação. Em seguida, é preciso dar queixa na delegacia, alertar o SPC/Serasa para impedir novas compras e procurar o Procon e a defensoria para limpar o nome.

A diretora-presidente do Procon estadual, Denize Izaita, explicou que o atendimento do órgão é semelhante ao de uma cobrança indevida, mas o consumidor precisa comprovar que sofreu fraude.

"Em via de regra, precisamos abrir um procedimento administrativo e a empresa recebe um prazo, para então ser marcada uma



RHAIANA disse que são registrados por mês de 300 a 400 boletins na delegacia envolvendo fraudes diversas

audiência conciliatória. Mas temos um índice alto de resolução porque as empresas entendem essa comprovação de fraude".

O juiz Marcelo Pimentel, da 1ª Vara Cível de Vitória, destacou que o alto número de casos se deve às penas leves e reincidência.

"Depende de cada situação mas, no geral, se enquadram em penas de um a oito anos. Quando a pena aplicada é menor que quatro anos, nem vai a regime fechado".

O presidente da Federação do Comércio do Estado (Fecomércio-ES), José Lino Sepulcri, acredita que uma verificação mais rigorosa dos comerciantes poderia minimizar a ocorrência desses golpes.

"Na grande maioria das vezes, o vendedor não se preocupa, por exemplo, em conferir se a identidade da pessoa bate com o nome no cartão de crédito".

## SAIBA MAIS

### Telefonia vem em primeiro lugar

#### Principais tipos de golpe

- ▶ **COMPRA DE CELULARES** com documentos falsos ou roubados.
- ▶ **EMIÇÃO DE CARTÕES** de crédito, deixando a "conta" para a vítima e o prejuízo para o emissor do cartão.
- ▶ **FINANCIAMENTO** de eletrônicos, como televisores e aparelhos de som.
- ▶ **ABERTURA DE CONTA** em um banco usando uma identificação falsa ou roubada. Neste caso, todos os produtos oferecidos (cartões, cheques, empréstimos pré-aprovados) potencializam o prejuízo às vítimas, aos bancos e ao comércio.
- ▶ **COMPRA E LOCAÇÃO** de automóveis com carteira de habilitação roubada ou falsificada.
- ▶ **ABERTURA DE EMPRESAS** com os dados roubados, que podem servir de fachada para a aplicação de golpes no mercado e acabar até envolvidas em processos de vara criminal.

#### Possíveis consequências

- ▶ **EM PRIMEIRO NÍVEL**, há o prejuízo financeiro: quem sofre o golpe fica com o nome sujo e tem o crédito cortado.
- ▶ **EM CASOS MAIS GRAVES**, a vítima pode ter os bens bloqueados para garantir que pague as dívidas.
- ▶ **AINDA QUE RARO**, há registro de empresas abertas com documentos falsos ou roubados associadas ao tráfico de drogas. Então, além da esfera cível, se torna um processo criminal.

#### Como se proteger

- ▶ **A DICA** é proteger os dados, de uma forma geral. Em caso de perder os documentos, é importante dar alerta no SPC/Serasa e sempre registrar o boletim de ocorrência na delegacia.
- ▶ **TER ATENÇÃO** aos sites de compras e e-mails de promoção, evitar colocar dados demais nos currículos ou descartar cópias de documentos de qualquer jeito.

## CASOS

### Prisão

A delegada de Defraudações e Falsificações Rhaiana Bremenkamp destacou um caso que resultou em prisão recentemente: um indivíduo que aplicava golpes em locadoras de carros desde 2009.

O golpista foi apreendido com mais de 15 carteiras de habilitação falsas, com nomes diferentes.

Segundo Rhaiana, o homem até mudava o rosto para as fotos dos documentos falsos. "Tinha com barba, bigode, careca, cabelo preto, branco, de diversos tipos".

### Financiamento

Recentemente, uma administradora começou a receber cobranças que não sabia sobre o que se referiam. Foi quando resolveu procurar o banco para entender do que se tratava e descobriu o financiamento de uma moto em seu nome, assim como outras compras.

De acordo com a delegada de Defraudações e Falsificações Rhaiana Bremenkamp, a autora do crime já foi identificada e é reincidente no crime, assim como a maioria dos casos.

## SETORES MAIS VISADOS



**1 Telefonia** aparece em primeiro, com 38,6% dos casos registrados.



**2 Serviços** foi o segundo mais afetado, com 29,8% das tentativas.



**3 Bancos e financeiras** vêm em terceiro, com 23,9% de participação.



**4 Compras no varejo** em quarto lugar e somam 6,1% dos casos.



**5 Os demais segmentos** representam 1,6% do total.



CÂMARA DA SERRA

# Neidia volta ao comando e agradece de joelhos

Vereadora retorna à presidência depois de a Justiça anular decisão que levou à eleição da nova Mesa Diretora, na última quinta-feira

Tiago Alencar

Foi de joelhos e agradecendo a Deus, ao lado de servidores da Câmara da Serra, que a vereadora Neidia Pimentel (PSD) comemorou ontem o seu retorno ao cargo de presidente da Casa.

Um dia depois de **A Tribuna** noticiar que Neidia entrou com recurso, a juíza da Vara da Fazenda Pública do município, Telmelita Guimarães, anulou a sentença do juiz Marco Aurélio Soares Pereira, que ocasionou a destituição da vereadora do posto. Foi a segunda decisão em menos de cinco dias.

Neidia, que foi recebida com aplausos, choro e abraços por aliados, fez questão de ressaltar que a sua volta para o cargo representa a legalidade da Justiça. Ela disse ter havido um equívoco na decisão dada na última quinta-feira, que elegeu Rodrigo Caldeira (Rede) como presidente da Câmara.

“Eu acredito que houve um erro de digitação, que foi interpretado errado. Em janeiro, foi dado o prazo de uma hora e cinco minutos para reorganização de uma nova chapa. No processo, constava que haviam sido dados cinco minutos. Isso foi o motivo da decisão do juiz”, explicou Neidia, sobre a sessão que a elegeu presidente.

Na decisão de ontem que suspendeu a liminar, a juíza afirma que não houve chance para que Neidia se manifestasse no processo.

Ao finalizar a fundamentação da sentença, a juíza destacou que “a eleição de uma nova Mesa Diretora aumenta ainda mais o clima de instabilidade política e insegurança no Legislativo municipal”.

Além de determinar a volta de Neidia à presidência da Câmara, a



NEIDIA se ajoelha para comemorar a volta ao comando da Câmara, onde ela (destaque) retomou as atividades do cargo



juíza considerou nulos todos os atos da Mesa Diretora eleita na última quinta-feira, inclusive as exonerações de servidores da Casa.

O descumprimento de qualquer um dos pontos da decisão pode gerar multa diária de até R\$ 10 mil. Já os agentes políticos que desobedecerem as determinações judiciais citadas pela magistrada deverão pagar multa diária de até R\$ 5 mil.

FOTOS: DIVULGAÇÃO

NEIDIA PIMENTEL  
**“Meia dúzia quer carro, gasolina, 13º, mas não cedo”**

A vereadora da Serra Neidia Pimentel (PSD) falou com **A Tribuna** sobre o que vivenciou nos últimos dias. Ela havia optado por ficar em silêncio até a decisão de ontem, que a recolocou no comando da presidência da Câmara.

**A TRIBUNA** – Como foram esses últimos dias?

**NEIDIA PIMENTEL** – Foram dias em que eu tive muita fé em Deus de que tudo seria resolvido de forma que a Justiça fosse feita.

> **Como a senhora reagiu à decisão da última quinta-feira?**

Muito mais que a decisão, me assistou a pressa com a qual uma nova eleição foi feita. O juiz havia dado prazo de 10 dias.

> **Fica algum ressentimento?**

Não. Não guardo ressentimentos de ninguém. O que me deixa triste é uma meia dúzia de vereadores, que pressionam a Casa por regalias, faz afirmações de coisas que não existiram.

> **A senhora estaria sendo pressionada?**

Sim. O que acontece é que essa meia dúzia quer que eu seja conivente com projetos que garantam um carro particular para cada um deles, 500 litros de gasolina por mês, além de ticket alimentação e até 13º salário. Eu não cedo, não vou ceder, e eles ficam furiosos.

> **E a relação com o prefeito Audifax Barcelos (Rede) e com vereador Rodrigo Caldeira (Rede) continua a mesma?**

Sim. Com certeza. Tenho muito respeito e carinho pelos dois. O Rodrigo é uma pessoa do bem, que sempre esteve neutro. Sei de onde vem os ataques que são direcionados a mim. O Audifax é um parceiro no desenvolvimento do município.

Representante do grupo que questiona a eleição do início do ano, o vereador Nacib Haddad (PDT) disse que a tendência é acatar a determinação da Justiça, mas que os vereadores entrarão com recurso para anular a decisão.

Um grupo de oito vereadores chegou a ir à Assembleia Legislativa, na tarde de ontem, para buscar orientação sobre a sentença junto a parlamentares. Os deputados Marcelo Santos (PMDB) e Bruno Lamas (PSB) confirmaram a presença dos vereadores, mas negaram que o assunto seria a volta de Neidia para presidência da Câmara da Serra.



# PLENÁRIO

COM A COLABORAÇÃO DE FABIANA TOSTES | plenario@redetribuna.com.br

## Guerra dos tronos na Serra

Conchavos, alianças, traições, golpes, troca de poder, reviravoltas, nova troca de poder... Poderia ser a descrição do roteiro de uma das maiores séries de todos os tempos Game of Thrones. Mas é um resumo do que acontece na Câmara da Serra.

Longe da ficção, a Guerra dos Tronos na Serra teve mais um episódio ontem. A vereadora Neidia Pimentel – eleita na tormenta da 1ª sessão de janeiro, a não querida pela oposição – conseguiu reverter decisão judicial que a tirou da presidência, na última 5ª feira, e voltou ao cargo, destronando Rodrigo Caldeira, aliado do prefeito. Ninguém sabe, porém, até quando.

Ao chegar na tarde de ontem com a decisão nas mãos, Neidia encontrou uma câmara esvaziada pelos pares – alguns já tinham ido recorrer na Justiça – e protagonizou uma cena épica com os servidores: caiu de joelhos no chão, rezou e chorou. Se a “casa” de Neidia vai prevalecer e como será sua relação daqui por diante com Audifax, só os próximos capítulos dirão. Parece que o inverno está longe de acabar na Câmara da Serra!



## AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

# Votação até dia 20 por pagamento neste mês

O projeto de lei que amplia a concessão do auxílio-alimentação a todos os 53 mil servidores ativos do Espírito Santo chegou à Assembleia Legislativa ontem. A expectativa do governo é que o projeto passe a tempo de a expansão do auxílio alimentação ser incluída ainda na folha de pagamento de agosto.

“A folha fecha entre o dia 18 e o dia 20. Se a aprovação ocorrer antes disso, o pagamento do último dia útil de agosto já virá com o novo auxílio”, explicou o chefe de gabinete de Paulo Hartung e coordenador do comitê de carreiras e relações sindicais do governo do Estado, Paulo Roberto Ferreira.

O presidente da Casa, deputado Erick Musso, por sua vez, disse acreditar que o projeto irá “passar” – ou seja, será aprovado por 16 deputados – sem maiores problemas. “Ele será lido na sessão de amanhã (hoje) e deve ser votado ainda na primeira quinzena de agosto”, completou.

Com a ampliação, 47 mil servidores que recebem pela modalidade de subsídio vão passar a ter direito ao benefício, se juntando aos 6 mil que já o possuem.

O valor do auxílio será de R\$ 220 mensais. Atualmente, o be-

nefício é de R\$ 176. Quem já recebe, terá um reajuste de 25%, igualando os R\$ 220.

A ampliação do auxílio-alimentação acendeu debate sobre o momento escolhido pelo governo para o anúncio. Isso porque corriam na Justiça ações movidas por servidores e entidades pleiteando a extensão do benefício.

De acordo com chefe de gabinete de Hartung, Paulo Roberto Ferreira, a medida tem a ver com a melhora na arrecadação, e não com as ações existentes. “Assim como existe uma decisão favorável aos servidores em primeiro grau no Tribunal de Justiça, também há decisões favoráveis ao governo”, ponderou.

Essas ações pedem, inclusive, que o pagamento do auxílio seja retroativo. “O pagamento do auxílio alimentação não será retroativo porque a Lei 8278, de 2006, já previa que servidores que recebem pela modalidade subsídio não teriam direito ao auxílio alimentação. Dessa forma, a ampliação do auxílio só acontecerá se o projeto de lei for agora aprovado pela Ales e sancionado pelo governador, não sendo necessário, assim, o pagamento de valores retroativos”, destacou.



**ASSEMBLEIA** recebeu projeto, e votação deve ocorrer semana que vem



# Justiça derruba lei sobre estacionamentos

Lei que obrigava donos de estabelecimentos a contratar seguranças em estacionamentos gratuitos no Rio é inconstitucional, diz STF

Rayza Fontes

O Supremo Tribunal Federal (STF), em sua primeira sessão do segundo semestre de 2017, decidiu que é inconstitucional a exigência de segurança em estacionamentos gratuitos oferecidos por estabelecimentos a seus clientes, conforme previsto em uma lei do Estado do Rio de Janeiro, em vigor desde 1991.

A Lei nº 1.748 prevê que o estabelecimento do Estado do Rio de Janeiro que ofereça ao público área para o estacionamento de veículos fica obrigado "a manter empregados próprios nas entradas e saídas das dependências destinadas a tal fim e a cercar o estacionamento ao ar livre".

Por seis votos a três, os ministros entenderam que essa exigência viola a competência privativa da União para legislar sobre direito civil e a livre iniciativa. A ação direta de inconstitucionalidade debatida pelo plenário foi ajuizada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) e tramitava na Corte há 26 anos.

"É uma interferência indevida na iniciativa privada você obrigar alguém a contratar serviço de vigilância e cercar a área. Não acho legítimo que o Estado imponha o mesmo tipo de obrigação linearmente a todas as empresas, do pequeno armazém ao grande supermercado", disse o relator do caso, ministro Luís Roberto Barroso.

No Espírito Santo, de acordo com a lei estadual 10.109/2013, a responsabilidade pela segurança dos consumidores e dos veículos na área dos estacionamentos pagos ou gratuitos é de quem fornece as vagas.

Entretanto, segundo a diretora-presidente do Procon Estadual, Denize Izaita, não existe a obrigatoriedade de contratar um vigilante para realizar a segurança dos estacionamentos, como no Rio.

"Embora a gente não tenha no Estado uma lei específica sobre a obrigatoriedade de um funcionário pago para trabalhar nos estacionamentos gratuitos, a segurança e a integridade dos veículos fica sob responsabilidade de quem fornece o estacionamento", explicou Izaita.

A diretora do Procon Estadual frisou ainda que existe uma lei estadual, de nº 10.634, publicada em abril deste ano, que inclusive proíbe, nos estacionamentos pagos ou gratuitos, a presença da expressão "não nos responsabilizamos por objetos deixados no interior do veículo", ou de expressão similar, em placas informativas, tiquetes, bilhetes ou cupons em estacionamentos de qualquer natureza.



FACHADA DO STF: para ministros, exigência em lei é interferência indevida

## SAIBA MAIS

### Como era

> NO RIO DE JANEIRO, a Lei nº 1.748 previa que o estabelecimento que oferecesse ao público área para o estacionamento de veículos ficaria obrigado "a manter empregados próprios nas entradas e saídas das dependências destinadas a tal fim e a cercar o estacionamento ao ar livre".

### Como ficou

> APÓS A VOTAÇÃO no STF, é possível exigir que os donos dos estabelecimentos forneçam medidas de segurança sem haver obrigação de manter funcionários próprios para este fim, podendo recorrer, por exemplo,

à terceirização do serviço.

### Como funciona no Estado

> A LEI ESTADUAL 10.109/2013 prevê que "os fornecedores de serviços de estacionamentos autônomos, e os estabelecimentos comerciais, industriais ou prestadores de serviços que disponibilizem aos consumidores estacionamentos, pagos ou gratuitos, são responsáveis pela segurança dos consumidores e dos veículos na área dos estacionamentos."

> NO ESTADO, não é obrigatório que os estabelecimentos contratem seguranças para cuidar dos estacionamentos gratuitos.

## OPINIÕES



“No Estado, não é obrigatória a presença de seguranças em estacionamentos gratuitos”

Denize Izaita, diretora do Procon-ES



“O veículo é de responsabilidade de quem fornece o estacionamento, mesmo se ele for gratuito”

Rafael Loss Costa, advogado



## Juízes federais pressionam Cármen Lúcia por reajuste

Os presidentes das três principais associações que representam os juízes brasileiros se reuniram na segunda com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, para pedir que seja incluído, na previsão orçamentária da Corte, um reajuste de 16,38% em seus salários.

O percentual é o mesmo que já consta de um projeto aprovado na Câmara, mas está parado no Senado, aumentando os salários dos ministros do STF de R\$ 33.763 para R\$ 39.293,32.

Para que os vencimentos dos magistrados sejam efetivamente elevados, é preciso que as duas coisas ocorram: a verba seja prevista pelo STF, e o Congresso aprove o projeto. Os ministros do STF ganham o teto do funcionalismo público, fixado atualmente em R\$ 33.763. Nenhum servidor pode receber mais do que isso.

Como os salários do Judiciário são vinculados aos dos ministros do STF, um aumento dos vencimentos dos integrantes do tribunal levaria a um efeito cascata nas instâncias inferiores, aumentando os valores pagos aos demais magistrados.

Na avaliação das associações de

juízes, eles têm perdas acumuladas de 41%.

No STF há resistências ao reajuste num momento de crise econômica no Brasil, a começar pela própria Cármen Lúcia. O ministro Marco Aurélio Mello também é contra elevar os salários na situação atual do País. Segundo ele, um aumento representaria um “desgaste incrível em termos institucionais”.

Está prevista uma sessão administrativa no dia 9 de agosto para que os 11 ministros do STF possam discutir o tema.

ADRIANO MACHADO/REUTERS



**CÁRMEN LÚCIA** é contra aumento



## Prefeitura de Guarapari tem autonomia para definir rotativo

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo acatou a Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Prefeitura de Guarapari e o município volta a definir as vias urbanas onde será implantado o estacionamento rotativo sem precisar passar pela Câmara de Vereadores. Antes, qualquer mudança precisava da aprovação do Legislativo.

Porém, de acordo com a procuradora do município, Lúcia Roriz, ainda não há previsão para implantação de novas ruas nos próximos meses. A cobrança atualmente é realizada no Centro e no Parque Areia Preta.



ROBERTA BOURGUIGNON

**ROTATIVO:** não há previsão para novas ruas



## **Oficiais da PM que fizeram greve serão julgados pelas Forças Armadas**

### **Federalização deve levar a isso, diz procurador Ubiratan Cazetta**

Caso o pedido de federalização da investigação da greve da Polícia Militar no Espírito Santo seja acolhido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), generais das Forças Armadas ficarão responsáveis por julgar oficiais da Polícia Militar capixaba.

A explicação é do procurador da República Ubiratan Cazetta, coordenador da Assessoria Jurídica de Tutela Coletiva da Procuradoria-Geral da República (PGR).

A federalização das investigações e julgamento envolvendo crimes militares é necessária para evitar que policiais de alta patente façam pressão e comprometam os resultados, segundo Ubiratan Cazetta, em entrevista para Fernanda Queiroz, da Rádio CBN Vitória.

### **O que é o pedido de federalização?**

Você trabalha com duas ideias: a de que tem uma grave violação aos direitos humanos e a de que isso pode levar o Brasil a ser condenado no âmbito internacional. São casos que deveriam ser julgados na Justiça Estadual e que por essa característica de uma grave violação de direitos humanos e a possibilidade de condenação da União, você desloca do âmbito da Justiça Estadual para o âmbito da Justiça Federal. A ideia não é dizer que a Justiça do lado A ou B é menos competente.

### **O pedido é apenas para crimes envolvendo policiais militares?**

O que chamamos de federalização ou deslocamento é a apuração da responsabilidade dos militares, especialmente dos oficiais, em relação ao movimento grevista que houve no Espírito Santo em fevereiro e as consequências.

### **Por que só oficiais?**

Praças continuarão a ser investigados no âmbito estadual. Qual foi a medida de corte? Todos os oficiais que estejam envolvidos nessa situação. Não é que o praça não tenha responsabilidade. Ele tem e vai ter sua responsabilidade apurada pela Justiça Militar do Espírito Santo. Estamos tentando separar as responsabilidades e por categoria, mas por capacidade de interferir naquela situação.

### **Por que a Justiça Militar do Estado teria condições de julgar um praça, mas não de julgar por exemplo um capitão ou coronel?**

Pela capacidade de influência que um capitão ou coronel tem dentro da Justiça Militar. A Justiça Militar é composta por um juiz de carreira, um juiz de Direito e por uma comissão de outros oficiais. Conforme você vai afunilando na hierarquia da instituição, qual é a tendência? Um número menor de oficiais que se conhecem, que atuam entre si e que portanto acabam tendo uma dificuldade maior de se responsabilizar.

Num balanço breve, o Ministério Público do Estado ofereceu 700 denúncias de crimes . Dessas, 10 militares. É um número muito pequeno perto das 700 denúncias?

Esses dados parecem apontar exatamente a preocupação que nós temos. Porque se você tem 700 denúncias, apenas 10 está muito longe de 1%.

### **Qual é o trâmite do pedido de federalização?**

O pedido vai para o STJ, que tem 33 membros. Ele é dividido em três sessões, cada uma com 11 membros. É escolhido um ministro dessa sessão como relator. Ele faz toda a parte inicial, ouve o Ministério Público do Estado, a Procuradoria-Geral, dizendo se é ou não o caso de deslocamento. Isso vai decidido para a



3ª sessão, e ela decide se é o caso ou não de deslocamento de competência. Você tem um relator, que faz o voto. Nesse caso do Espírito Santo vai ser a relatora, a ministra Maria Tereza de Assis Moura. E ela apresenta a decisão dela, se é a favor ou não do deslocamento e os ministros podem concordar ou discordar, e a maioria simples decide.

**Aprovada a federalização, os procuradores da república aqui no Estado é que passam a formar essa nova comissão de apuração ou tudo sobe pra Brasília?**

São dois pedidos: o deslocamento da Justiça Militar Estadual para a Justiça Militar Federal. Se o STJ entender que é o caso de federalização, mas não para a Justiça Militar Federal, aí ele transfere para a Justiça Federal. E nosso segundo pedido é que vá para Brasília, nesse caso.

**Então os generais vão avaliar o caso dos coronéis?**

Exato, os oficiais, vamos dizer assim. Não sei se necessariamente generais, mas serão oficiais das Forças Armadas, que já fazem isso rotineiramente.



## **Motorista que atropelou professora em Linhares é solto, no ES**

**Ele conseguiu liberdade provisória nesta segunda-feira (31). A professora Dulcinéia Leão Coutinho foi atropelada em outubro do ano passado e teve a perna amputada.**

O motorista que atropelou uma professora Dulcinéia Leão Coutinho em outubro do ano passado, no bairro Interlagos, em Linhares, não está mais preso, segundo o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES). Ele conseguiu liberdade provisória nesta segunda-feira (31). A vítima teve a perna amputada.

César Amauri Ferri, o Cezinha, atropelou a professora por volta das 4h30 de um domingo, 23 de outubro, na avenida Quintino Bocaiuva, quando passava pelo local em alta velocidade. O motorista fugiu depois do atropelamento, mas foi preso dois dias depois, após se apresentar à polícia.

De acordo com TJ-ES, o juiz da 1ª Vara Criminal de Linhares, Daniel Barrione, decidiu pela liberdade provisória até o julgamento porque César tem residência fixa, trabalho lícito e não teve nenhuma conduta para obstruir a instrução criminal.

Segundo o juiz, ele será julgado por júri popular, pelo crime de tentativa de homicídio. Ainda cabe recurso da Sentença de Pronúncia. Ou seja, o acusado pode recorrer ao TJ-ES contra a decisão do juiz em pronunciá-lo para ir a júri popular.

O advogado de defesa do acusado, Júnior Mendonça, explicou que assumiu o caso de César neste ano e entrou com pedido no processo para desqualificar o crime de tentativa de homicídio para lesão corporal grave.

O motorista estava preso no Centro de Detenção Provisória de Colatina, no Noroeste do estado.

### **Professora**

Por telefone, a professora Dulcinéia conversou com a reportagem da TV Gazeta Norte e disse que ficou sabendo da decisão da Justiça nesta terça-feira (1). Ela ainda informou que vai entrar com uma ação para que César volte para a cadeia.

### **O acidente**

A professora Dulcinéia Leão Coutinho, de 37 anos, saía de um bar quando a caminhonete a atingiu. Ela foi imprensada pelo veículo contra o próprio carro e teve a perna esquerda amputada após ser atropelada e, segundo testemunhas, arrastada por cerca de 50 metros. Um amigo dela também foi atingido.

O motorista da caminhonete, César Amauri Ferri, 28 anos, havia fugido sem prestar socorro. Ele foi preso dois dias após o atropelamento e confessou o crime. Em depoimento à Polícia Civil, ele disse que conduzia o veículo em alta velocidade e que freios da caminhonete estavam danificados.



## **Capixaba é indenizada em R\$ 5 mil após falha em procedimento de clínica odontológica**

**Além dos danos morais, a clínica também deve devolver os R\$ 900,00 pagos pelo tratamento**

Uma clínica odontológica de Linhares foi condenada a indenizar um paciente em R\$ 5 mil por danos morais.

De acordo com informações publicadas no site do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), o cliente teria sofrido com dores causadas por uma falha no procedimento. A empresa deve ressarcir a consumidora em R\$ 900 pagos pelo serviço. O dentista responsável disse que desconhece o motivo da dor. Assim, a autora da ação se viu obrigada a procurar outro profissional, que detectou uma série de falhas no procedimento feito pela clínica.

A clínica foi obrigada a devolver os valores pagos pelo serviço, e buscando uma solução amigável para a controvérsia, a cliente procurou o Conselho Regional de Odontologia (CRO) do Espírito Santo que, após abertura de processo administrativo, concluiu que houve erro por parte do dentista.

Devidamente citada, a clínica não se manifestou e tampouco se fez representar por advogado devidamente constituído, levando o magistrado da 2ª Vara Cível e Comercial de Linhares a jogar a causa à revelia dos fatos, ou seja, presumir verdadeiros os atos atribuídos à ré.

Para o Juiz, as faturas apresentadas comprovam que houve a cobrança dos valores pagos pelo tratamento, e que ele não foi prestado da forma como contratado. Em sua decisão, o magistrado destaca ainda que o dano experimentado pela requerente foi expressivo, pois a paciente foi obrigada conviver vários dias com dores por imperícia e negligência da requerida.

"A conduta da requerida, em não cumprir com os deveres de cautela inerentes de sua profissão, bem como a sua demora em solucionar a questão quando solicitada pela requerente, denota o seu ato relapso diante dos seus deveres profissionais", concluiu o Juiz.



## **Motorista que atropelou professora em Linhares, ES, é solto**

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/bom-dia-es/videos/t/edicoes/v/motorista-que-atropelou-professora-em-linhares-es-e-solto/6049376/>



## **Pai é preso suspeito de estuprar a filha de 11 anos em Viana, ES**

**Crime aconteceu em 2014 e só chegou ao conhecimento da polícia depois que a esposa do vigilante, que era madrasta da criança, flagrou o crime e o denunciou.**

Um vigilante de 51 anos foi preso suspeito de estuprar a filha de 11 anos dentro de casa, em Viana. O crime aconteceu em 2014 e só chegou ao conhecimento da polícia depois que a esposa do vigilante, que era madrasta da criança, flagrou o crime e o denunciou.

A prisão aconteceu na última semana. Segundo o titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), Lorenzo Pazolini, a denúncia chegou à delegacia no dia 26 de maio de 2014, após o quarto estupro que a vítima sofreu.

“A madrasta desconfiou que havia algo estranho há pelo menos um mês. Por isso, disse ao marido que dormiria na casa de uma amiga, mas, ao sair de casa, ficou vigiando a residência entre as frestas das tábuas que formavam as paredes da residência”, detalhou.

A madrasta chamou uma amiga para ser testemunha da situação e, no dia seguinte, confrontou o vigilante. “Ele chegou a agredi-la para evitar que a esposa procurasse a polícia. Mesmo assim, ela veio até a delegacia”, afirmou Pazolini.

A menina, que morava com o pai e a madrasta depois que a mãe dela morreu, disse que foi estuprada quatro vezes pelo pai. Em 2015, a Justiça expediu um mandado de prisão contra o vigilante, a pedido da DPCA.

Desde então, o vigilante passou a mudar de residência para evitar a prisão. Na semana passada, segundo Pazolini, ele foi localizado dentro de um supermercado no bairro São Gabriel, em Guarapari, e foi preso pela polícia.

O suspeito negou ter cometido os crimes. Na tarde desta terça-feira (1º), ele prestou depoimento na delegacia e foi novamente encaminhado ao presídio.



## **Pai é preso suspeito de estuprar a filha de 11 anos em Viana, ES**

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/bom-dia-es/videos/t/edicoes/v/pai-e-preso-suspeito-de-estuprar-a-filha-de-11-anos-em-viana-es/6049368/>



## **Mãe de jovem morto em ônibus diz que indenização não ameniza a dor**

**O crime aconteceu em novembro do ano passado durante um assalto dentro de um ônibus em Vitória**

Quase nove meses após a morte de Cleverton Oliveira Cabral, a Justiça capixaba condenou o Estado a pagar uma indenização no valor de R\$ 300 mil aos familiares. Mesmo com o valor, a mãe do jovem afirmou que isso não vai amenizar a dor. Ele foi morto por um policial militar dentro de um ônibus do sistema Transcol.

“Sinto muita falta dele. Foi um desespero. Para mim acabou. Só fico pensando nele, mas sei que ele não vai voltar. Tem dia que eu nem durmo. Eu limpo a casa conversando com as fotos dele”, afirmou a mulher.

O Estado chegou até a alegar que o policial militar não estava trabalhando e nem fardado, por esse motivo não estava na condição de agente público. Mas a Justiça não aceitou a alegação e deu parecer favorável aos familiares da vítima.

O crime aconteceu no dia 2 de novembro do ano passado. O rapaz estava voltando do trabalho. De acordo com as investigações, o coletivo foi assaltado quando passava pela Avenida Dante Michelini, Jardim Camburi. Cleverton foi usado pelo criminoso para recolher os pertences dos passageiros. O policial, no fundo do ônibus, viu a cena e resolveu reagir.

O PM atirou no jovem, que morreu na hora. O assaltante, identificado como Fábio Pereira dos Santos, de 36 anos, estava com uma arma falsa. Ele também foi baleado, socorrido e preso.

Mesmo com a decisão da justiça determinando o pagamento da indenização, a mãe esclarece que não há dinheiro no mundo que amenize a dor da perda de um filho. “O quarto dele está do jeito que ele deixou, com as coisas dele. Não tem como a gente desfazer. É um apego muito grande nas coisas dele”, disse.



## **Pai é preso com suspeita de estuprar filha em 2014**

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://www.folhavoria.com.br/videos/2017/08/15016833661938552361.html>